



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

422
P2

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0067671-09.2011.8.17.0001 (0313742-4)

Agravante: MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA

Advogado(a): Eduardo Antônio de Albuquerque Ferreira Lima Filho

Agravado(a): FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Djalma Alexandre Galindo

&

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0067671-09.2011.8.17.0001 (0313742-4)

Agravante: FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Djalma Alexandre Galindo

Agravado(a): MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA

Advogado(a): Eduardo Antônio de Albuquerque Ferreira Lima Filho

DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE.
DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA AUTORA CORRESPONDENTE AO LIMITE DO
PERCENTUAL ARBITRADO A TÍTULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. AGRAVOS
IMPROVIDOS.

1. Cinge-se a controvérsia em saber se MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA, faz jus ao pagamento da pensão por morte, na qualidade de ex-cônjuge e credora de pensão alimentícia do falecido servidor.
2. A dependência econômica da agravante/agravada em relação ao seu ex-marido, limita-se ao percentual que o mesmo lhe pagava a título de pensão alimentícia.
3. O pleito da agravante/agravada jamais poderá ser atendido, vez que, o § 2º do art. 50 da LCE nº 28/00, excetua o pagamento da pensão por morte em sua integralidade, aos dependentes credores de alimentos, pois estes devem receber o benefício previdenciário em percentuais ou valores iguais ao da pensão alimentícia que recebiam do segurado.
4. Recursos de agravos unanimemente improvidos

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a




PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

423
/

Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, conhecer e NEGAR PROVIMENTO aos presentes recursos, nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de MAIO de 2014.


Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

424
DL

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0067671-09.2011.8.17.0001 (0313742-4)

Agravante: MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA

Advogado(a): Eduardo Antônio de Albuquerque Ferreira Lima Filho

Agravado(a): FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Djalma Alexandre Galindo

&

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0067671-09.2011.8.17.0001 (0313742-4)

Agravante: FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Djalma Alexandre Galindo

Agravado(a): MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA

Advogado(a): Eduardo Antônio de Albuquerque Ferreira Lima Filho

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

Trata-se de Recursos de Agravos Legais contra decisão monocrática desta relatoria proferida nos autos da Apelação Cível, que, com supedâneo no art. 557, § 1º-A, do CPC, deu parcial provimento ao reexame necessário, de modo a reformar a sentença proferida no juízo *a quo*, no sentido de conceder a pensão por morte em percentuais iguais aos da pensão alimentícia que a agravante/agravada recebia do segurado.

É preciso frisar que, ambas as partes interpuseram agravos legais em face da decisão monocrática de fls.369/380, cabendo analisá-los conjuntamente.

MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA, interpôs o agravo legal, às fls. 385/391 dos autos, alegando em síntese a inaplicabilidade do § 1º-A do Art. 557 do CPC, vez que os precedentes dos tribunais Superiores não são suficientes para fundamentar a decisão monocrática terminativa proferida nos autos.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

425
d

A FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO, interpôs o agravo legal, às fls. 413/415 dos autos, argumentando que é descabido o deferimento do pleito administrativo da autora, em razão da ausência de informação acerca da data do falecimento do ex-servidor, seja na respectiva certidão de óbito, seja no laudo tanatoscópico elaborado pelo INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL-IML. Afirma ainda que foi determinada a correção monetária pelo IPCA, quando a referência para débitos da Fazenda Pública é a tabela ENCOGE.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara de Direito Público.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

426
v

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0067671-09.2011.8.17.0001 (0313742-4)

Agravante: MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA

Advogado(a): Eduardo Antônio de Albuquerque Ferreira Lima Filho

Agravado(a): FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Djalma Alexandre Galindo

&

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Agravo na Apelação nº 0067671-09.2011.8.17.0001 (0313742-4)

Agravante: FUNAPE- FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS
SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Procurador(a): Djalma Alexandre Galindo

Agravado(a): MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA

Advogado(a): Eduardo Antônio de Albuquerque Ferreira Lima Filho

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

Ante aos exatos argumentos suscitados no recurso voluntário anteriormente interposto, novamente socorro-me dos fundamentos encampados na decisão monocrática ora vergastada.

Cinge-se a controvérsia em saber se MARIA AEDJA TENÓRIO LUNA, faz jus ao pagamento da pensão por morte, na qualidade de ex-cônjuge e credora de pensão alimentícia do falecido servidor.

A agravante/agravada pretende que seu pleito seja analisado à luz do art. 27 da Lei Complementar nº 28 de 14 de janeiro de 2000, transcrito abaixo:

“Art. 27. Serão dependentes dos segurados:

I - o cônjuge ou o companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável;

II - os filhos, desde que:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

42x
R

a) menores de 21 (vinte e um) anos: forem solteiros e não exercerem atividade remunerada;

b) maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 25 (vinte e cinco) anos: forem solteiros, não exercerem atividade remunerada e estiverem regularmente matriculados em curso de graduação em estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido; e

c) de qualquer idade: o forem definitivamente ou estiverem temporariamente inválidos, tendo a invalidez se caracterizado antes do falecimento do segurado e havendo a invalidez sido determinada por eventos ocorridos antes de ter o inválido atingido os limites de idade referidos nas alíneas "a" e "b" deste inciso, atendidas as demais condições estabelecidas naquelas alíneas.

§ 1º Equiparar-se-ão aos filhos:

I - os enteados do segurado que estiverem com ele residindo sob a dependência econômica e sustento alimentar deste, não sendo credores de alimentos nem recebendo benefícios previdenciários do Estado de Pernambuco ou de outro Sistema de Seguridade Previdenciária, inclusive privado e, caso venha a perceber renda dos seus bens, desde que esta não for superior ao valor correspondente a duas vezes a menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores; e

II - os menores que, por determinação judicial, estiverem sob tutela ou guarda do segurado sob a dependência e sustento deste.

§ 2º Para efeito do disposto no inciso I, deste artigo, quanto à união estável, será considerada a dependência econômica permanente entre o segurado e a pessoa a ele ligada.

§ 3º Equiparar-se-á ao cônjuge ou ao companheiro de união estável, o cônjuge separado, judicialmente, ou de fato, e o divorciado, bem como ao ex-companheiro de união estável ao qual tenha sido assegurada pensão alimentícia por decisão judicial.

§ 4º Se não houver dependentes enumerados nos incisos I e II, deste artigo, inclusive os equiparados a eles, o segurado poderá inscrever:

I - os pais que estiverem sob a sua dependência econômica e sustento alimentar; ou,

II - os irmãos, solteiros, que estiverem sob a dependência econômica e sustento alimentar do segurado e atenderem, cumulativamente, os seguintes requisitos :

a) que não exercerem atividade remunerada;

b) não forem credores de alimentos;

c) não receberem benefícios previdenciários do Estado de Pernambuco ou de outro Sistema de Seguridade Previdenciária, inclusive privado; e

d) forem menores de 18 (dezoito) anos ou independentemente de idade, se forem definitiva ou temporariamente inválidos.

§ 5º A invalidez de que trata o inciso II, deste artigo, deverá ter-se caracterizada antes do falecimento do segurado e, antes que o dependente tenha atingido a idade limite de 18 (dezoito) anos.

§ 6º A inscrição de dependentes, previstos nos incisos I e II do § 4º, dar-se-á somente em uma das categorias nelas previstas, sendo tais categorias mutuamente excludentes.

§ 7º A dependência do menor que, por determinação judicial, estiver sob tutela ou guarda do segurado, somente será caracterizada, quando cumulativamente:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

4988
P

I - não for credor de alimentos;

II - não receber benefícios previdenciários do Estado ou de outro Sistema de Seguridade Previdenciária, inclusive privado;

III - não receber renda de seus bens, superior a duas vezes a menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores; e

IV- coabitar com o segurado, no caso de guarda judicial, na forma da lei.

§ 8º A dependência prevista no inciso I, do § 4º, deste artigo, será caracterizada quando a renda bruta do casal não for superior a duas vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores.

§ 9º A dependência dos irmãos referidos no inciso II, do § 4º, deste artigo, será caracterizada quando a renda bruta dos pais não for superior a duas vezes o valor da menor remuneração paga pelo Estado de Pernambuco aos seus servidores;

§ 10. A FUNAPE utilizará os meios admitidos pela legislação em procedimentos administrativos para a comprovação da qualidade dos dependentes enumerados neste artigo."

É fato que a autora faz jus à percepção da pensão por morte vez que, ficou comprovado nos autos, fls. 73/229, que a demandante percebia pensão alimentícia em valores equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) dos proventos do de cujus.

Verifica-se que, a FUNAPE indeferiu o pleito administrativo da autora alegando estar ausente no assento de óbito o dia do falecimento, em desacordo com os ditames da Lei nº 6015/73.

Ocorre que, conforme Laudo Tanatoscópico, fls. 26, restou demonstrado que a ausência de tal exigência se deu pela impossibilidade de se chegar a uma data precisa do óbito.

Portanto, a certidão de óbito é válida, tendo sido cumprido devidamente o requisito exigido pela Lei nº 6015/73.

No que concerne à alegação da FUNAPE de que deve haver vinculação dos valores percebidos pela autora a título de pensão alimentícia aos porventura recebidos a título de pensão por morte procede.

Com base no § 2º do art. 50 da LCE nº 28/00, é possível constatar que a autora jamais poderá ser contemplada com o benefício da pensão por morte no valor integral dos proventos de aposentadoria do ex-servidor conforme o texto transcrito abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

429
L

Art. 50. O valor da pensão por morte será igual:

I - caso o segurado falecido estiver aposentado na data anterior a do óbito, ao valor da totalidade dos proventos deste, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou (Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 58, de 2 de julho de 2004.)

II - caso o segurado falecido estiver em atividade na data anterior a do óbito, ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, acrescido de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite. (Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 58, de 2 de julho de 2004.)

§ 1º A pensão será rateada em cotas-partes iguais entre os dependentes.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os dependentes credores de alimentos, caso em que farão jus à pensão por morte em percentuais ou valores iguais ao da pensão alimentícia que recebiam do segurado. (Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar nº 104, de 13 de dezembro de 2007.)

Posto isso, o previsto no § 2º do mencionado artigo, se aplica ao caso em tela, devendo a pensão por morte respeitar o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) dos proventos de aposentadoria do ex-servidor, nos termos da decisão judicial proferida nos autos da ação de alimentos (fls. 73/229).

Segue jurisprudência, no mesmo sentido, abordando a questão explanada:

Decisão: Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo do nos seguintes termos: "PENSÃO - IPESP - Ação visando admitir a autora como pensionista do falecido servidor do qual era divorciada, pagando-lhe o benefício no mesmo valor dos proventos que este receberia se vivo fosse - Inadmissibilidade - Benefício mantido na mesma percentagem arbitrada no acordo de divórcio em relação aos alimentos - Falecimento que não modifica a situação - Inexistência de declaração de vontade que se mostra irrelevante - Ação parcialmente procedente - Recursos desprovidos. HONORÁRIOS DE ADVOGADO - Pensão - IPESP - Valor fixado que mostra-se justo e razoável - Autora que decaiu de parte do pedido - Majoração que não se justifica". (fl. 153) No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, sustenta-se, em preliminar, a repercussão geral da matéria deduzida no recurso. No mérito, aponta-se violação ao artigo 40, § 7º, do texto constitucional. Alega-se que o acórdão recorrido destoa de jurisprudência pacífica deste Tribunal, ao argumento de



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

430
PL

que "o valor da pensão de beneficiário de servidor público deve corresponder à integralidade do que este receberia se vivo fosse, sem distinguir se a pensionista era ou não divorciada e sem considerar o quanto esta recebia a título de pensão alimentícia do falecido" (fl. 177). Decido. No acórdão recorrido, consignou-se que: "Como muito bem observado pela MMª Juíza 'a quo', Dra. Alexandra Fuchs de Araújo: 'em vida, por ocasião do divórcio, o falecido reconheceu a autora como beneficiária de alimentos, reconhecendo a sua necessidade, segundo acordo homologado judicialmente (fls. 16/18). O próprio art. 149, § 1º, item 2 da Lei Complementar n. 180/78, prevê que o cônjuge separado consensualmente manterá o direito à pensão se credor dos alimentos. É evidente que este direito se estende ao cônjuge divorciado, pois o fundamento jurídico é o mesmo, qual seja, a necessidade ou não de alimentos em razão da extinção do vínculo de parentesco decorrente do casamento'. Veja-se que a autora recebia pensão alimentícia em virtude do divórcio, que representava obrigação emanada de acordo judicial homologado por sentença transitada em julgado e por isso imutável após o falecimento, pois este não modifica a situação. Irrelevante o fato de inexistir declaração de vontade por parte do 'de cujus' () O valor do benefício é aquele fixado na sentença, ou seja, há que ser mantida a mesma percentagem arbitrada no acordo de divórcio em relação aos alimentos, e que no caso correspondia ao percentual de 40% do valor do benefício. Não prospera a pretensão da autora apelante no sentido de a pensão ser fixada no mesmo valor dos proventos da aposentadoria do falecido, seu ex-marido". (fls. 156-157) Para entender de forma diversa, far-se-ia imprescindível a revisão dos fatos e provas constantes dos autos, bem como a análise e interpretação da legislação local aplicada ao caso, providências vedadas no âmbito do recurso extraordinário, a teor dos Enunciados 279 e 280/STF. Nesse sentido o RE-AgR 529.464, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, DJe 1º.2.2011; RE-AgR 507.359, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 17.12.2010; AI-AgR 746.546, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe 24.9.2010 e RE-AgR 537.706, de minha relatoria, Segunda Turma, DJe 14.12.2010, este último com acórdão assim ementado: "Agravos regimentais em recurso extraordinário. 2. Impossibilidade do reexame do conjunto fático-probatório e da análise de matéria infraconstitucional. Súmulas 279 e 280 do STF. 3. Agravo regimental a que se nega provimento". No mesmo sentido, leia-se, ainda: "DIREITO PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PENSÃO POR MORTE. CÔNJUGE DIVORCIADA. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL. LEI 10.366/1990 DO ESTADO DE SÃO PAULO. OFENSA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO CONFIGURADA. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. Controvérsia limitada à interpretação de legislação local, a inviabilizar o reexame da matéria na via extraordinária. Aplicação da Súmula 280/STF: 'por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário'. Agravo regimental a que se nega provimento (AI-ED 828.242, Primeira Turma, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 7.5.2012)". Confirma-se, também, os seguintes julgados monocráticos: RE 635.249, Rel. Min. Ayres Britto, DJe 10.10.2011 e o AI 785.498, de minha relatoria, DJe 7.2.2011. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (arts. 21, § 1º, do RISTF e 557, caput, do CPC). Publique-se. Brasília, 17 de outubro de 2012. Ministro Gilmar Mendes

Relator Documento assinado digitalmente



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

431
OK

(STF - RE: 678354 SP, Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 17/10/2012, Data de Publicação: DJe-207 DIVULG 19/10/2012 PUBLIC 22/10/2012, undefined)

DECISÃO TERMINATIVA Trata-se de Apelação Cível interposta contra sentença que julgou improcedente o pedido da autora, ora apelante, consistente no reajuste do benefício de pensão por morte para 100% dos proventos do instituidor da pensão, ex-servidor público estadual Amaro Francisco da Silva, uma vez que a autora percebia do falecido pensão alimentícia, à razão de 10% dos seus proventos (fls. 99/100V.). Irresignada, a autora interpôs o presente apelo, requerendo a isenção de custas judiciais, em face da Lei nº 1.060/50 e prioridade em sua tramitação, haja vista os comandos do artigo 71, da Lei nº 10.741/2003 e dos artigos 1211-A e 1211-B, do CPC (fls. 102/114). Alega a apelante, a legitimidade do Estado de Pernambuco para figurar no polo passivo da demanda, bem como a necessidade de manifestação acerca do pedido de indenização por danos morais, constante na inicial e não contestado pelos demandados. Sustenta, ainda, a inconstitucionalidade do art. 50, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 28/2000, para que seja determinada a revisão dos valores pagos à recorrente, a título de pensão alimentícia, nos termos do art. 40, §7º, da Constituição Federal. Requer, portanto, seja reformada a sentença a quo, com a instauração do incidente de inconstitucionalidade do artigo 50, §2º, da LCE nº 28/2000, para que lhes seja assegurado o pagamento integral de seu benefício, de acordo com o comando constitucional supracitado. Em suas contrarrazões, a FUNAPE pugna pelo desprovimento do apelo, com a manutenção da sentença vergastada em todos os seus termos (fls. 117/125). Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça Cível ofereceu Parecer, opinando pela instauração do incidente de inconstitucionalidade, para declarar a incompatibilidade vertical do art. 50, §2º, da LCE nº 28/00, com o art. 40, §7º, da Constituição Federal e, com essa declaração, pelo provimento do recurso de apelação. Quanto ao pedido de indenização por danos morais, a Procuradoria de Justiça absteve-se de opinar no feito, por não constatar interesse público (fls. 141/144). É o relatório. Decido. Conheço do recurso, pois adequado, tempestivo e dispensado de preparo, por litigar a recorrente ao abrigo da assistência judiciária gratuita. Inicialmente, rejeito o argumento de inconstitucionalidade do art. 50, §2º da Lei complementar estadual nº 28/2000, pois a lei deve ser interpretada à luz do princípio constitucional da igualdade que, na verdade, consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Trata-se da aferição da necessidade econômica que norteava, ainda em vida, aquilo que foi pleiteado em termos de pensão alimentícia, e que teve por base, exatamente, a medida de sua necessidade econômica. Neste sentido, verifico que não há prova de que a dependência econômica tenha se alterado, tanto que não consta nos autos qualquer indício de que a apelante tenha pedido a majoração desse percentual. Outrossim, como se trata de direito disponível, deve prevalecer a vontade manifestada em vida pelo segurado, que foi de pagar 10% de sua aposentadoria, a título de alimentos, à ex-mulher, que não pode "lucrar" com o óbito do ex-marido. Ademais, da leitura da



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

432
J

certidão de óbito do instituidor da pensão (fls. 19), percebe-se que o mesmo deixou 05 (cinco) filhos, inexistindo nos autos qualquer informação acerca da suposta dependência destes em relação ao seu genitor. No tocante à ilegitimidade passiva alegada pelo Estado de Pernambuco, a sentença não merece reforma, porquanto apenas a FUNAPE é parte legítima para compor o polo passivo desta demanda, consoante indicado pela interpretação do conteúdo dos artigos 96 e 97, da Lei Complementar Estadual n.º 28/2000, pela qual se instituiu a FUNAPE, que arcou com as obrigações antes suportadas pelo IPSEP e que, temporariamente, pesaram sobre o IRH-PE. A presente questão cinge-se em definir se a pensão por morte do ex-servidor, instituidor do benefício, deve guardar relação com o valor da pensão alimentícia fixada judicialmente, in casu correspondente a 10% (dez por cento) dos proventos do ex-segurado. Com efeito, em se tratando de pensão por morte de ex-cônjuge, deve o percentual corresponder ao quantum fixado na ação de divórcio e não à totalidade dos vencimentos do instituidor. Sobre a pretensão deduzida pela impetrante, calha invocar o estatuído na Lei Complementar Estadual n.º 28/2000, vigente à época do óbito do servidor, em 13/08/2009. Diz o citado diploma legal: (...) Art. 27 - Serão dependentes dos segurados: (Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar n.º 48, de 27 de janeiro de 2003.) I - o cônjuge ou o companheiro na constância, respectivamente, do casamento ou da união estável; (...) §3º Equiparar-se-ão ao cônjuge ou ao companheiro de união estável o cônjuge separado judicialmente ou de fato, o divorciado e o ex-companheiro de união estável que recebiam pensão de alimentos. (Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar n.º 56, de 30 de dezembro de 2003.) Art. 50. O valor da pensão por morte será igual: (...) §1º A pensão será rateada em cotas-partes iguais entre os dependentes. §2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os dependentes credores de alimentos, caso em que farão jus à pensão por morte em percentuais ou valores iguais ao da pensão alimentícia que recebiam do segurado (Redação alterada pelo art. 1º da Lei Complementar n.º 104, de 13 de dezembro de 2007). (...) (grifos nossos) Como se vê, o valor do benefício previdenciário a ser pago à ex-mulher que figura como dependente de servidor aposentado e já falecido, deve corresponder, proporcionalmente, ao quantum da pensão alimentícia fixada quando da separação ou divórcio, devendo o respectivo percentual corresponder à totalidade dos proventos a que teria direito o instituidor, sob pena de majoração da pensão alimentícia, sem qualquer base legal que a justifique. Aliás, a morte do segurado não pode ocasionar uma modificação - para melhor - do padrão de vida da ex-esposa. A pensão deve assegurar, isso sim, a manutenção do sustento da alimentanda, mas sempre de forma a preservar a proporcionalidade que vigorava quando o servidor era vivo, isto é, mantendo-se o mesmo percentual que era pago a título de alimento (10%), já que não há notícia de qualquer alteração apta a justificar o incremento do valor. Por conseguinte, infere-se que procedeu com acerto o Magistrado sentenciante, pois, do contrário, ter-se-ia um contrassenso, qual seja o de que a impetrante, desarrazoadamente, viesse a auferir vantagem com o passamento do seu ex-marido. A propósito, colaciono os precedentes que seguem: STJ: AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 324.979 - RJ. DECISÃO. 1.- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL - PREVI interpõe Agravo contra decisão que, na origem, negou seguimento ao Recurso Especial fundamentado



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

433
V

na alínea "a" do permissivo constitucional, manifestado contra Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Rel. Des. EDUARDO GUSMÃO ALVES DE BRITO NETO, assim ementado (fl. 502): Apelação Cível. Direito Civil. Previdência Privada. Ação visando ao rateio proporcional do benefício de pensão por morte no patamar fixado judicialmente, de 20% para a ex-esposa e 80% para o atual cônjuge. Sentença de procedência. Recursos de ambas as rés ao argumento de que o Regulamento do Plano de Benefícios estabelece para todos os dependentes regularmente inscritos o rateio em partes iguais do benefício complementar. 1 - Preliminares de ilegitimidade passiva e de prescrição rechaçadas. Indispensável a presença no polo passivo da ação do terceiro eventualmente atingido em sua esfera jurídica pelo provimento jurisdicional (REsp nº 965.933/DF). Prescrição quinquenal que atinge somente as parcelas de complementação e não o direito de ação em si. 2 - Prevendo o regulamento do plano que o ex-cônjuge possa ser incluído como dependente do benefício, desde que receba alimentos, tem-se que a fração deste na pensão complementar deve se limitar ao percentual de pensão alimentícia, sob pena de alterar distribuição da renda entre o cônjuge atual e o anterior, em detrimento do primeiro e favorecimento do segundo, contrariamente à vontade presumida do de cujus. 3 - Interpretação que favorece o rateio dos planos complementares, que é a de manter após a aposentadoria e a morte do segurado a mesma renda percebida por ele e seus dependentes quando em atividade. 4 - Apelante que sempre viveu com 20% da renda do de cujus e que manterá idêntico percentual. 5 - Recursos improvidos. 2.- Nas razões do Apelo Especial, sustenta a recorrente violação dos artigos 93, IX, da Constituição Federal; 535, II, do Código de Processo Civil; 3º e 6º da Lei Complementar 108/01; 7º, 18, 19 e 21 da Lei Complementar 109/01. Alega que houve negativa de prestação jurisdicional. Aduz, ainda, a inviabilidade do pedido das recorridas por implicar desequilíbrio nos cálculos atuariais dos planos de benefícios oferecidos pelas entidades de previdência privada. É o relatório. 3.- O inconformismo não merece prosperar. 4.- De início, anote-se que é inviável, em Recurso Especial, a análise de suposta violação de dispositivos constitucionais, sob pena de se usurpar a competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102 da Constituição Federal. 5.- Apesar de rejeitados os Embargos de Declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Colegiado de origem, que sobre ela emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente. É de se salientar que, tendo encontrado motivação suficiente para fundar a decisão, não fica o Órgão julgador obrigado a responder, um a um, os questionamentos suscitados pelas partes, mormente se notório seu propósito de infringência do julgado. 6.- No mais, observa-se que a arguição de desequilíbrio econômico-financeiro, a seu turno, encontra obstáculo na necessidade de apreciação de material fático-probatório, incidindo, por isso, na vedação imposta pela Súmula STJ/7. 7.- Ante o exposto, com apoio no art. 544, § 4º, II, b, do CPC, conhece-se do Agravo e nega-se seguimento ao Recurso Especial. Intimem-se. Brasília (DF), 27 de maio de 2013. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 324.979. MINISTRO SIDNEI BENETI. Relator. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. PENSÃO POR MORTE. DIVISÃO ENTRE EX-CÔNJUGE E VIÚVA. RATEIO EM PARTES IGUAIS. DESCABIMENTO. I- A Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os benefícios do regime geral



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

434
R

de previdência social, não tem aplicação aos servidores públicos, civis ou militares, regidos por regime próprio de previdência (art. 12). II - A Lei Estadual nº 30/2001 assegura ao ex-cônjuge que recebia alimentos do de cujus participação na pensão por morte, cujo percentual será limitado àquele que recebia a título de alimentos (art. 34, § 4º). III - Na hipótese, a recorrente, ex-mulher do de cujus, recebia, a título de pensão alimentícia, o percentual de 8,2% sobre a remuneração, sendo incabível o rateio da pensão por morte em partes iguais com a viúva. Recurso ordinário desprovido. (STJ - RMS: 25178 AM 2007/0222067-4, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 17/03/2008, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 12.05.2008) Não há como prosperar, portanto, qualquer alegação de responsabilidade civil do Estado por omissão quanto a não-realização da majoração da pensão da autora. Desta forma, estando a Sentença hostilizada em harmonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme consignado acima, abre-se a oportunidade ao próprio Relator de pôr fim a demanda recursal apreciando, monocraticamente, o seu mérito. É o que dispõe o art. 557, caput, do CPC: "Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior." Feitas estas considerações, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao apelo, para manter a sentença monocrática em todos os seus termos. Com o trânsito em julgado, baixem-se os autos ao juízo de origem. Publique-se e Intimem-se. Recife, 08 de agosto de 2013. Des. Erik de Sousa Dantas Simões Relator.

(TJ-PE - A Apelação Cível nº 0306585-8 (N.P.U. 0009065-22.2010.8.17.0001), Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões)

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PREVIDENCIÁRIO. PRELIMINAR DE INCONSTITUCIONALIDADE. AFASTADA. REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DA AUTORA. AFIGURADA NO LIMITE DO PERCENTUAL ARBITRADO A TÍTULO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Não merece acolhimento o incidente de inconstitucionalidade do parágrafo 2º, do artigo 50, da Lei Complr nº 28/2000, com redação da LCE nº 104/2007 em razão de afronta ao artigo 40, § 7º, inciso II, da Carta Magna, haja vista que não cabe em sede de liminar declarar incidenter tantum a inconstitucionalidade, posto não ser pressuposto da decisão. Inclusive, seu julgamento por meio desta via, esgotaria qualquer decisão futura. Preliminar afastada. 2. Ao menos nesta seara perfunctória, resta evidenciada que a dependência econômica da agravante em relação ao seu ex-marido, limita-se ao percentual que o mesmo lhe pagava a título de pensão alimentícia, ou seja, 10% (dez por cento), não se podendo, in casu, utilizar-se do critério de presunção para alargar seu benefício. 3. O pleito da agravante encontra óbice no § 2º, do artigo 50, da Lei Complementar nº 28/2000, que excetua o pagamento da pensão por morte em sua integralidade, aos dependentes credores de alimentos, pois estes devem receber o benefício previdenciário em percentuais ou



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

valores iguais ao da pensão alimentícia que recebiam do segurado. 4. Agravo de Instrumento improvido. Decisão unânime.

(TJ-PE - AI: 90652220108170001 PE 0013901-41.2010.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 17/02/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 76/2011)

Quanto aos juros e correção monetária, a jurisprudência do STJ tinha como entendimento firmado o de que, por possuir natureza instrumental, a Lei 11.960/2009, que atribuiu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97, deveria ser imediatamente aplicada aos processos em tramitação, respeitado, contudo, o princípio *tempus regit actum*.

Nesse sentido, merece destaque o paradigmático precedente da referida Corte de Uniformização de Jurisprudência em Matéria Infraconstitucional - STJ:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORADEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".

2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.

3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n.2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso.

4. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

436
J

5. No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum.

6. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

7 Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada.

8. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos. (STJ, REsp. 1.205.946, rel. Min. Benedito Gonçalves, Corte Especial, Julgado em 19.10.2011).

Contudo, ao julgar as ADI's 4.357/DF, ADI 4.425/DF, ADI 4.372/DF, ADI 4.400/DF, o Plenário do eg. Supremo Tribunal Federal, por arrastamento, declarou a inconstitucionalidade da nova redação atribuída pela Lei 11.960/09 ao art. 1º-F da Lei 9.494/95.

Acerca da controvérsia, em recente decisão, o col. Superior Tribunal de Justiça¹, concluiu, em síntese, que, a partir da referida declaração de inconstitucionalidade:

(a) a correção monetária das dívidas fazendárias deve observar índices que reflitam a inflação acumulada do período (IPCA), a ela não se aplicando os índices de remuneração básica da caderneta de poupança; e

(b) os juros moratórios serão equivalentes aos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicáveis à caderneta de poupança, exceto quando a dívida ostentar natureza tributária, para a qual prevalecerão as regras específicas.

Destarte, em consonância com os novos entendimentos firmados pelo STF e STJ, tem-se que sobre o montante da condenação deverão incidir:

(a) correção monetária, desde o inadimplemento, calculada de acordo com o índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA; e

(b) juros de mora, devidos desde a citação válida (Súmula nº 69 do TJPE), conforme os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicáveis à caderneta de poupança.

¹ STJ, REsp 1.270.439/PR, rel. Min. Castro Meira, Primeira Seção, DJe 02.08.2013.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

437
R

Assim, sobre o montante devido pela FUNAPE devem incidir juros de mora e correção monetária de acordo com a Lei 11.960/09, vez que a dependente requereu administrativamente sua habilitação em 2011.

Sendo assim, os consectários da condenação devem ser calculados da seguinte maneira: a.1) correção monetária, desde o inadimplemento, calculada de acordo com o índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA; a.2) juros de mora, devidos desde a citação válida (Súmula nº 69 do TJPE), conforme os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicáveis à caderneta de poupança.

Forte em tais razões, VOTO pelo NÃO PROVIMENTO dos presentes recursos de agravos, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 27 de MAIO de 2014.

Jorge Américo Pereira de Lira
Des. Jorge Américo Pereira de Lira
Relator